



RELATÓRIO E CONTAS

2025

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2025

1. Introdução

O exercício de 2025 consolida o fim das atividades de investigação do âmbito do i3S, concentrando-se o Ipatimup em projetos de investigação aplicada, clínica e translacional, financiados com a dotação de resultados transitados e com a obtenção de donativos de natureza filantrópica.

O Balanço a 31 de dezembro de 2025 reflete a diminuição do valor de Ativo, em consequência da descida dos valores de Ativos Fixos e de Outros Ativos Correntes, dado o término dos projetos de investigação e a correspondente descida de dívidas das entidades financiadoras.

A Demonstração de Resultados de 31 de dezembro de 2025 revela um Resultado Líquido de **-140 mil euros**. Esse decréscimo deve-se:

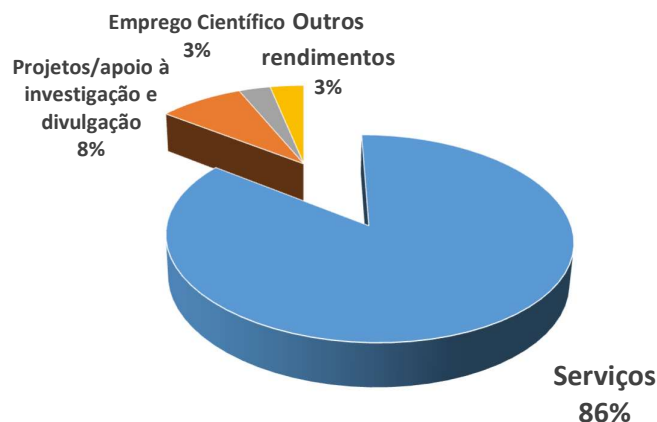
- ao elevado valor de amortização resultante dos avultados investimentos na capacitação tecnológica mais avançada para a área do diagnóstico, atingindo 3,5 milhões de euros na década 2015-2025;
- ao suporte das despesas operacionais/de manutenção dos equipamentos comprados ao abrigo do financiamento *P.CCC - Porto Comprehensive Cancer Center Raquel Seruca*, que são utilizados por parte da comunidade de investigação do i3S;
- à manutenção das plataformas científicas nos institutos fundadores do i3S, que ainda assumem os custos com consumíveis, manutenção e equipamento;
- à utilização de saldos remanescentes no Ipatimup por parte de investigadores que já transitaram as suas atividades para o i3S;
- aos fundos transferidos para investigadores do i3S, no seguimento da sua candidatura ao Fundo de Investigação Translacional do Ipatimup, destinado ao financiamento de projetos de investigação focados na aceleração da aplicação dos resultados da investigação fundamental em aplicações de medicina de precisão, na área do cancro.

2. Receitas

O somatório dos valores:

2.1) da faturação proveniente da prestação de serviços (diagnóstico, serviços científicos e investigação contratada); 2.2) do financiamento para a realização de projetos de investigação, divulgação e formação e de donativos; 2.3) dos recebimentos da FCT no âmbito da Norma Transitória e Concursos de Estímulo ao Emprego Científico; 2.4) de outros rendimentos, tais como rendimentos provenientes de royalties, propinas, quotas, participações em despesas de deslocação e utilização de reagentes e instalações,

atingiu, em 2025, **10,3 milhões de euros**, com a seguinte repartição:



2.1 Receitas Próprias / Prestação de Serviços

As Receitas Próprias referem-se à prestação de serviços de diagnóstico, serviços técnicos científicos e investigação contratada. O valor da faturação proveniente das atividades de diagnóstico totalizou **8.446 mil euros**, o que representa um aumento de **702 mil euros** em relação ao ano de 2024.

2.2 Projetos/apoio à investigação e divulgação

2.2.1 Projetos

Em 2025, manteve-se um projeto europeu dedicado a comunicação de ciência/literacia em saúde, que terminará no primeiro semestre de 2026.

Iniciaram-se em 2025 mais dois projetos europeus, no formato de *joint action*, um dedicado a medicina de precisão, outro a literacia/prevenção do cancro. No entanto, estes projetos não tiveram ainda reflexo financeiro no ano.

Terminaram todos os restantes projetos com financiamento de agências públicas nacionais ou estrangeiras.

Estiveram em curso 15 projetos ou apoios à investigação financiados por empresas da área farmacêutica/ciências da vida/sociedades científicas.

O valor recebido para a execução de projetos de investigação foi de **852 mil euros**. Este valor inclui dois donativos que foram recebidos em 2025, em reconhecimento do serviço à comunidade que o Ipatimup tem prestado.

O Ipatimup manteve ainda, na sua fase final de execução, projetos auto-financiados (não lhe correspondendo, deste modo, qualquer receita), resultantes de trabalhos de investigação do i3S ainda com fundos no Ipatimup, no valor de financiamento/despesa de **175 mil euros**.

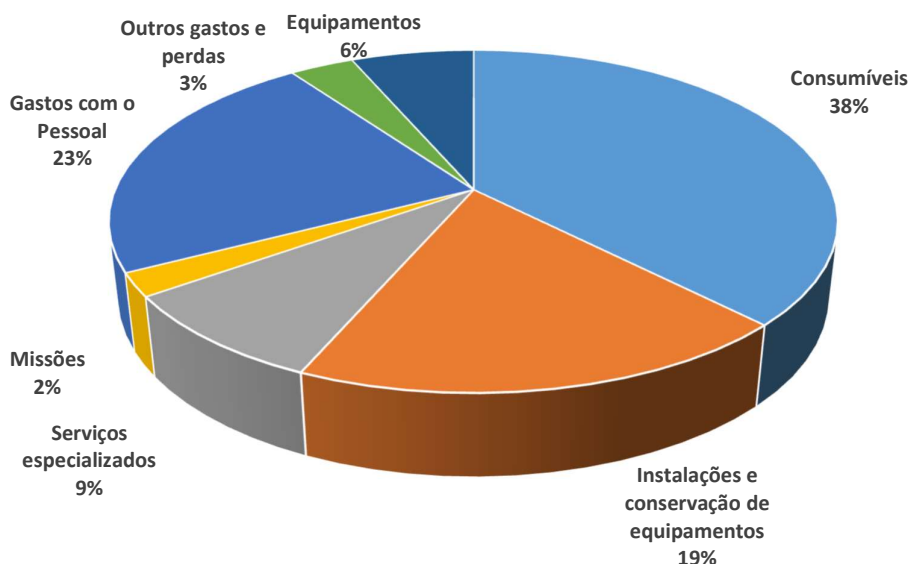
2.2.2 Apoio ao emprego científico

Decorreram, ainda em 2025, 9 contratos de trabalho de investigadores que iniciaram antes da constituição do i3S, com um custo total de **423 mil euros**, sendo sido recebidos apenas **313 mil euros**.

Em 2025, foi crítica a situação de sucessivos atrasos nos reembolsos da FCT, parte dos quais justificados pela FCT por alterações nos sistemas informáticos e não estando ainda à data concluídos os encerramentos de conta dos contratos da Norma Transitória, que terminaram em 2024. A dívida apurada é de **79 mil euros**.

3. Pagamentos

Os custos de atividade e as compras de equipamento totalizaram **10,2 milhões de euros**, com a seguinte repartição:



3.1 Gastos com o Pessoal

O Ipatimup registou um número médio anual de **65** contratos de trabalho (74 em 2024; 80 em 2023). O valor de Gastos com Pessoal diminuiu em **435 mil euros**, tendo terminado quatro contratos de técnicos de diagnóstico e de apoio administrativo e de cinco contratos de investigadores financiados pelo Apoio ao Emprego Científico CEEC da FCT. A equipa de diagnósticos foi reforçada com a contratação de duas Técnicas Superiores, uma das quais dedicada à criação de um novo serviço de genética forense.

3.2 Consumíveis

O valor de reagentes e outros consumíveis de laboratório registou um **aumento de 282 mil euros**, devendo-se a mesma, quer ao aumento da faturação das atividades de diagnóstico, quer à execução de projetos de investigação aplicada financiados por fundos próprios.

3.3 Compras de equipamento

O Ipatimup adquiriu, em 2025, **664 mil euros (1,1 milhões de euros em 2024)** em equipamento científico, administrativo e de software.

Foi comprado um sequenciador de nova geração de tecnologia MGI, com características de alta capacidade, custo baixo por genoma e rapidez para grandes projetos genómicos.

Foi ainda adquirido um software de gestão de dados de pacientes com doença genética.

Estas compras, bem como as realizadas em anos anteriores, foram suportadas com fundos próprios do Ipatimup, sem impacto nos níveis médios de tesouraria que o Ipatimup tem atingido no final de cada ano, mas com o impacto contabilístico de aumento do valor de amortizações anuais, reduzindo o Resultado Líquido pelo facto de o financiamento ser interno.

3.4 Serviços Especializados

Esta rubrica inclui a subcontratação de serviços científicos/de diagnóstico/administrativos especializados, bem como a colaboração de docentes da Universidade do Porto nas atividades do Ipatimup.

Estão também aqui contabilizadas as despesas associadas à organização e produção do ciclo de conferências “Tratar o Cancro por Tu”.

3.5 Instalações e conservação de equipamentos

Os **2 milhões de euros** incluem a comparticipação protocolada entre o Ipatimup e o i3S para as despesas gerais de manutenção do edifício, como o consumo de eletricidade, água e outros fluídos. Este valor depende diretamente da faturação da atividade de diagnóstico atingida todos os anos.

3.6 Outras despesas

Esta rubrica inclui **245 mil euros** de financiamento concedido em 2025 pelo Fundo de Investigação Translacional do Ipatimup a investigadores do i3S, destinado a projetos de investigação focados na aceleração da aplicação dos resultados da investigação fundamental em aplicações de medicina de precisão, na área do cancro, tais como: descoberta, implementação e validação de novos biomarcadores de diagnóstico, prognóstico e previsão; desenvolvimento, aplicação e validação de novas tecnologias e soluções de diagnóstico e de monitorização da doença; desenvolvimento, aplicação e validação de modelos in vitro e in vivo com impacto na terapêutica.

Em 2025, iniciaram-se 4 projetos neste âmbito.

4. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício e evolução previsível

Aguardam-se os resultados da candidatura do i3S e os institutos fundadores ao concurso para projetos de criação, qualificação ou expansão de infraestruturas tecnológicas centradas no apoio à transferência e valorização do conhecimento, que prevê uma taxa máxima de cofinanciamento de 85%. Propõe-se impulsionar a criação de um Centro de Medicina de Precisão, envolvendo a academia, os hospitais da Região Norte e o IPO.

Importa considerar os riscos que um incremento da concorrência na área de prestação de serviços de diagnóstico possa causar. O setor regista uma tendência para a oferta de preços baixos e para o agrupamento de empresas, potenciando economias de escala que o Ipatimup poderá não conseguir acompanhar. Nesse sentido, a orientação do Ipatimup será sempre a diferenciação pela qualidade e o investimento em

tecnologias que permitam baixar custos e tempos de resposta, bem como diversificar a oferta de exames inovadores e de precisão.

O contexto de conflito bélico internacional pode afetar significativamente a atividade do Ipatimup, pela subida generalizada dos custos de fornecimento, bem como pela redução do orçamento nacional e europeu para a saúde e limitando colaborações.

O Ipatimup tem sido reconhecido com donativos a título individual ou por parte de entidades coletivas e espera, pelo seu serviço à comunidade, nomeadamente na área da literacia em saúde, ser eleito para mecenato por mais pessoas ou instituições.

5. Apuramento dos Resultados e proposta de aplicação

O Resultado Líquido do exercício de 2025 foi de **-139.845,52** euros.

Tal como referido na Introdução, para este resultado contribuiu, do ponto de vista das atividades operacionais, a assunção de despesas de funcionamento do i3S que ainda persistem por não se encontrar executada a fase final do plano de transição – transferência da propriedade de equipamentos e das plataformas científicas - e pela execução de valores remanescentes de projetos internos de investigadores que transitaram do Ipatimup para o i3S. Acrescem ainda os atrasos no reembolso do Emprego Científico da FCT e o financiamento pelo Ipatimup dos projetos IFT (*Ipatimup Translational Fund*).

A variação de caixa e seus equivalentes foi positiva em **592.496,09** euros, com fluxo também positivo das atividades operacionais e das atividades de financiamento, que suportaram o fluxo negativo das atividades de investimento.

A Direção propõe que o Resultado Líquido transite na sua totalidade para a conta “Resultados Transitados”.

Porto, 13 de março de 2026

A Direção

Prof. Manuel Sobrinho Simões

Prof. José Carlos Machado

Prof. Jorge Lima

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2025	31-12-2024
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	3.090.280,71	4.829.860,19
Ativos intangíveis	6	90.068,75	125.774,78
Investimentos financeiros	17	57.163,77	56.113,17
		3.237.513,23	5.011.748,14
Ativo corrente			
Inventários	8	37.376,35	22.729,97
Créditos a Receber	10	3.603.547,07	3.824.964,59
Estado e Outros Entes Públicos	10	65.876,33	80.858,90
Diferimentos	10	117.329,31	113.732,50
Outros ativos correntes	10	708.381,25	1.030.187,56
Caixa e depósitos bancários	4	11.417.172,62	10.824.676,53
		15.949.682,93	15.897.150,05
Total do ativo		19.187.196,16	20.908.898,19
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados	10	10.540.195,53	10.580.717,61
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	10	5.803.818,61	7.359.979,72
		16.344.014,14	17.940.697,33
Resultado líquido do período	10	-139.845,52	-40.522,08
Total dos fundos patrimoniais		16.204.168,62	17.900.175,25
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10	668.913,28	649.360,78
Estado e outros entes públicos	10	62.594,34	197.347,05
Diferimentos	10	937.162,20	781.521,30
Outros passivos correntes	10	1.314.357,72	1.380.493,81
		2.983.027,54	3.008.722,94
Total do passivo		2.983.027,54	3.008.722,94
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		19.187.196,16	20.908.898,19

Valores em Euros

O Contabilista Certificado,
José da Cunha Fernandes – CC 7484

A Direção,
Presidente Prof. Manuel Sobrinho Simões

Vogal Prof. José Carlos Machado

Vogal Prof. Jorge Lima

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO 2024

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	6				9 120 334,95	0,00	9 260 951,21	1 460 382,66	19 841 668,82		19 841 668,82
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					1 460 382,66		-1 900 971,49	-1 460 382,66	-1 900 971,49	-1 900 971,49	
	7				1 460 382,66	0,00	-1 900 971,49	-1 460 382,66	-1 900 971,49	-1 900 971,49	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							-40 522,08	-40 522,08	-40 522,08	
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							-1 500 904,74	-1 941 493,57	-1 941 493,57	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações										0,00	
	10									0,00	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	6+7+8+10				10 580 717,61	0,00	7 359 979,72	-40 522,08	17 900 175,25	17 900 175,25	

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO 2025

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	6	0,00	0,00	0,00	10 580 717,61	0,00	7 359 979,72	-40 522,08	17 900 175,25	17 900 175,25
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização de excedentes de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-40 522,08		-1 556 161,11	40 522,08	-1 556 161,11	-1 556 161,11
	7	0,00	0,00	0,00	-40 522,08	0,00	-1 556 161,11	40 522,08	-1 556 161,11	-1 556 161,11
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							-1 398 45,52	-1 398 45,52	-1 398 45,52
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							-99 323,44	-1 696 006,63	-1 696 006,63
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Distribuições										
Outras operações										0,00
	10									0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	6+7+8+10	0,00	0,00	0,00	10 540 195,53	0,00	5 803 818,61	-1 398 45,52	16 204 168,62	16 204 168,62

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	11	8.831.336,60	8.130.367,20
Subsídios, doações e legados à exploração	9	1.165.305,99	1.249.815,66
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-3.836.550,84	-3.554.063,45
Fornecimentos e serviços externos	12	-3.040.607,42	-2.863.504,23
Gastos com o pessoal	13	-2.317.620,32	-2.752.477,80
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	-695,00	-85,00
Aumentos/reduções de justo valor	17	1.050,60	-1.866,60
Outros rendimentos	14	1.688.089,32	2.590.163,90
Outros gastos	15	-341.532,34	-266.916,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.148.776,59	2.531.432,97
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	-2.484.819,24	-2.860.404,52
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-336.042,65	-328.971,55
Juros e rendimentos similares obtidos	11/16	201.669,31	288.802,29
Juros e gastos similares suportados	16	-5.472,18	-352,82
Resultado antes de impostos		-139.845,52	-40.522,08
Resultado líquido do período		-139.845,52	-40.522,08

O Contabilista Certificado,
José da Cunha Fernandes – CC 7484

A Direção,
Presidente Prof. Manuel Sobrinho Simões

Vogal Prof. José Carlos Machado

Vogal Prof. Jorge Lima

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	NOTAS	Valores em Euros	
		PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimento de Clientes e Utentes		9.058.683,26	8.478.370,96
Pagamentos de bolsas		-45.062,49	-136.648,77
Pagamento a fornecedores		-7.190.518,64	-6.222.482,72
Pagamentos ao pessoal		-2.297.200,10	-2.691.175,95
Caixa gerada pelas operações		-474.097,97	-488.558,30
Outros recebimentos/pagamentos		607.490,36	3.213.406,06
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		133.392,39	2.556.819,15
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		-517.646,02	-1.111.445,51
Ativos intangíveis		-13.800,00	-60.641,02
Investimentos Financeiros			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros			43.812,00
Subsídios ao investimento			293.956,70
Juros e rendimentos similares		214.021,90	242,25
Dividendos			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-317.424,12	-3.525.677,51
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		782.000,00	2.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-5.472,18	-352,82
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		776.527,82	1.999,86
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES		592.496,09	1.878.875,15
EFEITO DAS DIFERENÇAS CÂMBIO			
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO PERÍODO	4	10.824.676,53	8.945.801,38
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM PERÍODO	4	11.417.172,62	10.824.676,53

O Contabilista Certificado,
José da Cunha Fernandes – CC 7484

A Direção,
Presidente Prof. Manuel Sobrinho Simões

Vogal Prof. José Carlos Machado

Vogal Prof. Jorge Lima

ANEXO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto **IPATIMUP**, contribuinte nº. **502 246 308**, com sede na Rua Júlio Amaral de Carvalho, 45 no Porto - é uma associação privada sem fins lucrativos de utilidade pública, fundada em 1989 sob a égide da Universidade do Porto.

O IPATIMUP tem por objetivos compreender as causas e a evolução das doenças oncológicas humanas de forma a:

- Avançar no diagnóstico precoce;
- Maximizar a eficiência do tratamento;
- Melhorar a qualidade de vida dos doentes;
- Diminuir a incidência de cancro na população.

As vertentes de atividade do IPATIMUP são:

- Fazer investigação clínica em Oncologia;
- Desenvolver Recursos Humanos especializados em Oncologia e Oncobiologia;
- Divulgar a Ciência, contribuindo para o aumento da cultura científica da população;
- Prestar serviços diagnósticos e de consultadoria.

Os Associados Efetivos do IPATIMUP são: Câmara Municipal do Porto, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Norte, Cruz Vermelha Portuguesa, Europacolón Portugal-Associação de Apoio ao Doente com Cancro Digestivo, Evita – Associação de Apoio a Portadores de Alterações nos Genes Relacionados com Cancro Hereditário, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Liga Portuguesa Contra o Cancro, Fundação BIAL, Health Cluster Portugal, Irmandade dos Clérigos, Pulmonale – Associação Portuguesa de Luta Contra o Cancro do Pulmão, Santa Casa da Misericórdia do Porto, Acreditar – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro, Fundação Rui Osório de Castro e Universidade do Porto.

Os Associados Aderentes são: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Centro Hospitalar Universitário de São João e Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil.

O IPATIMUP foi um dos quatro primeiros Laboratórios Associados criado pelo Ministério da Ciência e do Ensino Superior em 2000, e está instalado num edifício no Pólo 2 (Asprela) da Universidade do Porto.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

Sempre que o ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº. 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL)

Desde 01 de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2012, o IPATIMUP elaborou e aprovou, demonstrações financeiras de acordo com o SNC, conforme legislação em vigor.

Em 31 de dezembro de 2012, a preparação destas demonstrações financeiras foi efetuada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (ESNL), não havendo no entanto lugar a quaisquer ajustamentos, nem foi afetada a comparabilidade dos exercícios.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 - Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à data da transação, desde que as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Ipatimup;

3.3 - Locações

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.4 – Subsídios e outros apoios

Os subsídios apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que o IPATIMUP irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios associados à aquisição de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

3.5- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009, encontram-se registados ao custo considerado, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para funcionarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	3 – 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos tangíveis	3 – 10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.6 - Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.7 - Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.8 - Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando o Ipatimup tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9 - Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Clientes e utentes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e utentes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efectiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.10 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Durante o decurso do ano de 2024, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, ou estimativas relevantes, relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Ativos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

3.11 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.12 - Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

4. FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários e aplicações de tesouraria imediatamente mobilizáveis e detalha-se como segue:

FLUXOS CAIXA		31.12.2025		31.12.2024	
		Quantias disponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	1.827	1.827	2.050	2.050
	Subtotais	1.827	1.827	2.050	2.050
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	1.158.509	1.158.509	875.409	875.409
	Depósitos a Prazo	10.256.837	10.256.837	9.947.217	9.947.217
	Outros depósitos bancários				
	Subtotais	11.415.346	11.415.346	10.822.626	10.822.626
	Aplicações de Tesouraria				
Totais		11.417.173	11.417.173	10.824.676	10.824.676

5. PARTES RELACIONADAS

O IPATIMUP está incluído no perímetro de consolidação de contas da UNIVERSIDADE DO PORTO, cujo detalhe dessas operações e os saldos pendentes em Balanço, são como se segue:

Partes Relacionadas	2025	2024
Ativos	1.280	125.276
Passivos	9.500	12.500
Gastos	126.995	145.731
Rendimentos	38.372	45.283

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

(valores expressos em euros)

Activos intangíveis: quantias brutas escrituradas	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador			Ativos intangíveis em curso	Totais
	Outros		Marcas comerciais	Outros Ativos		
Saldo Inicial		760.737	24.347	10.230		795.315
Adições		13.800				13.800
Revalorizações						
Transferências						
Alienações						
Sinistros						
Abates						
Saldo Final		774.537	24.347	10.230		809.114

(valores expressos em euros)

Activos intangíveis: amortizações	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador			Ativos intangíveis em curso	Totais
	Outros		Marcas comerciais	Outros Ativos		
Saldo Inicial		657.640	5.134	6.766		669.540
Reforços		49.506				49.506
Reversões						
Alienações						
Sinistros						
Abates						
Outros						
Saldo Final		707.146	5.134	6.766		719.046

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte.

Estão contabilizadas obras em Edifícios Alheios (ampliação do CIBO), no montante de 1.866.826,99.

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis: quantias brutas escrituradas	Terrenos e Rec. Naturais	Edifícios e Out. Const.	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Saldo Inicial	667	2.060.533	15.929.103	889	2.256.332	559.183	20.806.707
Adições		138.231	475.221		33.001	3.392	649.845
Revalorizações							
Transferências		-138.231	-3480				-141.711
Alienações							
Sinistros							
Abates			-36.230				-36.230
Em Curso		187.600					187.600
Saldo Final	667	2.248.133	16.364.614	889	2.289.333	562.575	21.466.211
Activos fixos tangíveis: depreciações	Terrenos e Rec. Naturais	Edifícios e Out. Const.	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Saldo Inicial	667	745.476	12.750.490	889	1.946.384	532.941	15.976.847
Reforços		45.357	2.255.675		126.163	8.118	2.435.313
Reversões							
Transferências							
Alienações							
Abates			-36.230				
Outros							
Saldo Final	667	790.833	14.969.935	889	2.072.547	541.059	18.375.930

8. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos períodos findos 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é detalhado conforme segue:

CMVMC		Mat. Primas, Subs. e de Consumo	TOTAIS
Em 31.12.2025	Existência Inicial	22.730	22.730
	Compras	3.851.197	3.851.197
	Regularizações (+/-)		
	Existência Final	37.376	37.376
	CMVMC	3.836.551	3.836.551
Em 31.12.2024	Existência Inicial	27.844	27.844
	Compras	3.548.949	3.548.949
	Regularizações (+/-)		
	Existência Final	22.730	22.730
	CMVMC	3.554.063	3.554.063

9. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

No que se refere aos subsídios relacionados com ativos, os valores recebidos são reconhecidos como réditos à medida que os bens subsidiados vão sendo amortizados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como réditos, na medida em que o gasto é realizado.

O montante dos subsídios obtidos, reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é detalhado conforme segue:

Relação dos subsídios obtidos			Quantias Concedidas	
			2025	2024
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Estado e Outros Entes Públicos		
		Outras Entidades		43.812
		Subtotais		43.812
	Subsídios à exploração	Estado e Outros Entes Públicos	316.135	1.088.384
		Outras Entidades	849.171	161.432
		Subtotais	1.165.306	1.249.816
Totais			1.165.306	1.249.816

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

CRÉDITOS A RECEBER						
	Quantia Nominal		Imparidade		Valor Líquido	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Clientes e Utentes	3.603.547	3.824.965			3.603.547	3.824.965
Clientes de Cobrança Duvidosa	695	1.995	695	85		0
Totais	3.604.242	3.826.960	695	85	3.603.547	3.824.965

	OUTROS ATIVOS CORRENTES	
	2025	2024
Fornecedores (Saldos contrários)		760
Adiant. e outras operações c/ pessoal	79	826
Adiant. A fornecedores de investimentos		
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a receber	31.822	44.174
Subsídios a receber		
Outros acréscimos de rendimentos	11.703	157.347
Outros devedores	664.777	827.081
Totais	708.381	1.030.188

	FORNECEDORES	
	2025	2024
Fornecedores, conta corrente	668.913	649.361
Fornecedores, títulos a pagar		
Fornecedores, faturas em rec. e conf.		
Totais	668.913	649.361

Relatório e Contas 2025

	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	
	2025	2024
Finanças	-45.678	60.937
Segurança Social	42.396	55.552
Totais	-3.282	116.489
Saldos Devedores		
Retenção Imp. s/ Rendimento		
Iva a Recuperar/Restituir	65.876	80.858
Restantes impostos		
Totais	65.876	80.858
Saldos Credores		
Corrente		
Retenção Imp. s/ Rendimento	20.198	32.431
Iva a pagar	0	109.364
Contribuições seg. social	42.396	55.552
Outras Tributações (Fundo de Compensação)		
Totais	62.594	197.347
	DIFERIMENTOS	
	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Seguros	4.170	2.571
Outros gastos diferidos	113.159	111.161
Totais	117.329	113.732
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios	453.356	208.059
Outros rendimentos	483.806	573.462
Totais	937.162	781.521

Relatório e Contas 2025

	OUTROS PASSIVOS CORRENTES	
	2025	2024
Não correntes		
Clientes (saldos contrários)		
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Totais	0	0
Correntes		
Clientes (saldos contrários)	6.624	
Pessoal		
Fornecedores de investimentos	392.942	76.623
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar	258.040	306.643
Outros acréscimos de gastos	438.603	754.033
Outros Credores	218.149	243.195
Totais	1.314.358	1.380.494

MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DOS FUNDOS PATRIMONIAIS				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Fundos				
Excedentes Técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	10.580.718		40.522	10.580.718
Ajustamentos em ativos financeiros				
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	7.359.979	2.001	1.558.161	5.803.819
Resultado líquido do período	-40.522	-139.846	-40.522	-139.846
Totais	17.900.175	-137.845	1.558.161	16.204.169

11. RÉDITO

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 os réditos apresentavam a seguinte composição:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2025	2024
	Réditos reconhecidos no período	Réditos reconhecidos no período
Venda de bens		
Prestação de serviços	8.831.337	8.130.367
Juros	201.414	288.554
Royalties	28.328	39.715
Dividendos	255	249
Totais	9.061.334	8.458.885

12. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e Serviços Externos	2025	2024
Subcontratos	850.243	808.477
Serviços Especializados:	881.410	838.414
Trabalhos Especializados	180.808	208.564
Publicidade e propaganda	6.710	
Vigilância e Segurança	136.500	121.265
Honorários	139.062	157.078
Conservação e Reparação	414.851	347.302
Outros Serviços Especializados	3.479	4.205
Material	264.738	202.248
Energia e fluidos	494.630	466.358
Deslocações, Estadas e Transportes	224.471	278.661
Serviços Diversos:	325.115	269.346
Rendas e Alugueres	4.776	2.538
Comunicação	10.518	10.423
Seguros	8.224	12.410
Contencioso e Notariado	485	998
Limpeza, higiene e conforto	133.298	159.174
Outros Serviços	167.812	83.803
Totais	3.040.607	2.863.504

13. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 detalha-se da seguinte forma:

Gastos com o Pessoal	2025	2024
Remunerações do Pessoal	1.769.760	2.099.036
Encargos sobre Remunerações	392.321	443.429
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	12.368	14.450
Outros gastos com Pessoal	143.171	195.563
Totais	2.317.620	2.752.478

O número médio de pessoas ao serviço em 31 de dezembro de 2024 era de 74 e em 31 de dezembro de 2025 de 65.

14. OUTROS RENDIMENTOS

A composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é conforme se segue:

Outros Rendimentos	2025	2024
Rendimentos Suplementares	28.328	39.715
Rendimentos e Ganhos em Investimentos Financeiros	69	463
Outros Rendimentos e Ganhos:		
Correção relativa a exercícios anteriores	56.323	564.068
Imputação de Subsídios para Investimentos	1.558.161	1.946.783
Outros	45.208	39.135
Totais	1.688.089	2.590.164

15. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é conforme se segue:

Outros Gastos	2025	2024
Impostos	430	394
Outros Gastos:		
Correção relativa a exercícios anteriores	85.766	91.597
Quotizações	8.287	9.123
Outros	247.049	165.803
Totais	341.532	266.917

16. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são detalhados conforme se segue:

Juros e Rendimentos Similares Obtidos	2025	2024
Juros Obtidos	201.414	288.554
Outros	255	248
Totais	201.669	288.802

Juros e Gastos Similares Suportados	2024	2023
Juros Suportados	5.472	353
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros		
Totais	5.472	353

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

17.1 Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 são os seguintes:

	Entidade	2025			2024		
		Valor Nominal	Aumento/Redução	Valor Contabilístico	Valor Nominal	Aumento/Redução	Valor Contabilístico
Investimentos Financeiros							
Ações	CIMPOR	205		205	205		205
Ações	EDP	3.941	1.051	4.992	5.808	1.867	3.941
Outras Participações	I3S	10		10	10		10
Outros Investimentos Financeiros (FCT-Fundo Compensação Trabalho)	FUNDO COMPENSAÇÃO	51.957		51.957	51.957		51.957
Totais		56.113	1.051	57.164	57.980	1.867	56.113

18. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos eventos posteriores a 31 de dezembro de 2025 que possam influenciar a apresentação e interpretação das demonstrações financeiras reportadas a esta data.

19. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 13 de março de 2025.

O Contabilista Certificado,

José da Cunha Fernandes - CC 7484

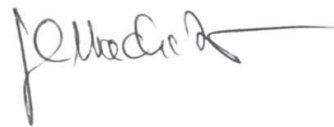


A Direção,

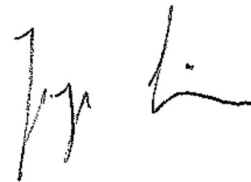
Presidente Prof. Manuel Sobrinho Simões



Vogal Prof. José Carlos Machado



Vogal Prof. Jorge Lima



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **IPATIMUP - Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31/12/2025 (que evidencia um total de 19.187.196 euros e um total de fundos patrimoniais de 16.204.169 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 139.846 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;





- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até





à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 16 de março de 2026

PALM – Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associados, SROC, Lda
Representada por:

Cecília da Conceição e Silva Linhares
Registada sob os n.ºs 1371 na OROC e 20160981 na CMVM

